

Do sonho do emagrecimento ao novo ganho de peso

Especialista alerta para o uso adequado das canetas emagrecedoras

CANETAS EMAGRECEDORAS
RISCOS E RECOMPENSAS

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

O que surgiu como uma alternativa promissora e menos invasiva para o combate à obesidade pode se tornar uma crise na saúde pública no Brasil. As canetas emagrecedoras, oriundas do tratamento de diabetes e comprovadas eficazes para perda de peso, estão sendo utilizadas por uma parcela significativa dos pacientes da maneira incorreta.

Sem contar as que estão sendo falsificadas e circulam no comércio sem a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – o que significa que substâncias desconhecidas e malélicas à saúde podem estar sendo ingeridas sem qualquer conhecimento. O Jornal do Comércio conversou com especialistas, usuários e fez um levantamento do que esse fenômeno está impactando na saúde e na economia.

A endocrinologista do Hospital São Lucas da Pucrs Janine Alessi explica que há duas versões aprovadas e em circulação: a semaglutida e a tirzepatida. A primeira tem o nome comercial Ozempic ou Wegovy – Ozempic é a dose vendida para diabetes e Wegovy para obesidade – e tem ação de um hormônio, enquanto a segunda é o Mounjaro e tem ação de dois hormônios. “Vamos somando novos efeitos hormonais para tentar amplificar a perda de peso.”

Os estudos mostram que a média de perda de peso com o Ozempic é de 16%. E com essa segunda leva de medicações com hormônios relacionados à saciedade, o Mounjaro tem uma média de perda de 20% do peso.

A diferença de eficácia, ainda em uma maior magnitude, foi notada por Márcia, 26 anos - cujo sobrenome será omitido pela reportagem porque a entrevistada prefere não se identificar. Ela fez o uso das canetas por cerca de cinco meses, entre agosto e dezembro de 2025. No primeiro momento, com Mounjaro, emagreceu 12 kg. Nos meses subsequentes, com o Wegovy, perdeu mais 5 kg. Ela relata uma grande diferença no efeito dos dois e conta que só fez a troca



Produtos surgiram como opção menos invasiva para a perda de peso

por uma questão financeira. O primeiro remédio tem um custo aproximado de R\$ 1,4 mil mensais.

Márcia seguiu os passos corretos quanto ao acompanhamento médico e com nutricionista, e nos exames, descobriu que estava pré-diabética. O uso das canetas normalizou a glicose, a tirou desse estágio e foi então que ela cessou com o tratamento e está no segundo mês. Ciente da possibilidade de um reganho de peso, diz que procurou a nutricionista para manter um plano alimentar sólido, mas que a fome voltou em peso depois das primeiras semanas e que essa é uma situação difícil de controlar.

A atividade física também é importante. Durante o tratamento, por uma questão financeira, optou pela academia, e neste ano voltou para o crossfit. “Sinto que não vou ter um rebote tão alto. Também estou me policiando para isso”, afirma.

Os impeditivos financeiros são o maior problema para o remédio. O tratamento completo, segundo Janine, tem duração aproximada de 24 meses e, depois, passa para a redução gradual da dose. “Tem pacientes que nunca toleram essa retirada porque a obesidade é uma doença crônica. Assim como quem tem pressão alta tem que tomar remédio por toda a vida, quem tem obesidade vai ter a tendência a ganhar peso para o resto da vida. A gente sempre tenta fazer a retirada, mas se houver reganho de peso, pode ser necessário voltar a medicação e continuar usando a longo prazo”, completa.

No caso da atuária Laura Carvalho, 34 anos, o reganho de peso ocorreu em duas ocasiões anteriores por conta da gravidez. Em 2018, fez a cirurgia bariátrica, engravidou em

2020 e, em 2024, fez o primeiro uso da caneta com o intuito de emagrecer para uma segunda gestação. Foram quatro meses de tratamento e 10 kg perdidos com Ozempic.

Houve o reganho de peso no processo e em 2025 ela usou o Mounjaro por quatro meses e perdeu 17 kg. Assim como Márcia, ela vê uma diferença brutal entre as canetas, mas conta que gastou quase R\$ 7 mil no ano passado período.

Das duas vezes que Laura fez o tratamento foi com acompanhamento médico e há uma bronca com os endocrinologistas: “Fico um pouco decepcionada porque agora qualquer coisa é caneta. Eles não têm mais outra opção, já colocam direto na caneta”, reflete.

Outro receio está com o futuro, já que não há estudos que comprovem os efeitos a longo prazo. “Acho que fica a reflexão de que às vezes a pessoa vai no caminho mais fácil que na verdade também não é fácil porque você fica se injetando um monte de coisa e não sabe ao certo no que vai dar. Minha grande preocupação é com os efeitos para os próximos anos”, alerta.

A endocrinologista explica que os estudos atuais acompanham os pacientes que usam essa medicação por até cinco anos, já que se trata, ainda, de uma novidade. “Como que nós, médicos, lidamos com essa incerteza? A gente compartilha com o paciente e coloca numa balança”. O paciente com obesidade tem risco de infarto, morte súbita por doença cardiovascular, AVC, diabetes, amputação e vários tipos de cânceres que aumentam com essa condição. Já a medicação tem um risco que é desconhecido e ela entende que vale a pena arriscar.

Cerca de 205 mil estudantes do RS não solicitaram o benefício Pé no Futuro

/ EDUCAÇÃO

Emilly Rodrigues
emilly@jcrs.com.br

Os estudantes matriculados nas escolas estaduais gaúchas e com as famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) têm até o dia 31 de março para solicitar o benefício Pé no Futuro. O programa consiste em um auxílio financeiro anual de R\$ 150,00 destinado à compra de calçados fechados, mais especificamente tênis, complementando o uniforme escolar.

Para verificar se o estudante tem direito, o responsável precisa acessar o site do programa, inserir o CPF do beneficiário, e se for contemplado, comparecer na data e local de retirada do cartão. Um total de 315 mil estudantes dos ensinos Fundamental e Médio têm direito ao benefício. Entretanto, conforme a Secretaria Estadual de Educação (Seduc/RS), até agora, apenas 110 mil solicitaram.

O benefício pode ser usado em todas as lojas físicas do Rio Grande do Sul que aceitam cartões Banrisul. Além disso, a loja tem de possuir a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) específica para o comércio de calçados. As CNAEs autorizadas para os cartões são as 4782-2/01 - Comércio varejista de calçados; e 4643-5/01 - Comércio atacado de calçados.

Não é permitido o uso do cartão em compras online e só é possível a compra de tênis e

meias. A emissão da nota fiscal deve ser feita obrigatoriamente com o CPF do estudante e o Código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) dos produtos autorizados pelo benefício. Os códigos autorizados são:

- ▶ 6402.91.99
- ▶ 6402.99.90
- ▶ 6404.19.00
- ▶ 6402.19.00
- ▶ 6404.11.00

Para as lojas que aceitam, o cartão alavancou as vendas, principalmente para as que comercializam somente calçados. De acordo com Lidiane Oliveira, subgerente da loja TR5 Calçados, na Rua das Andradas, no Centro Histórico de Porto Alegre, o cartão do benefício representou cerca de 90% das vendas. “Ainda mais nessa volta do Carnaval, quando a maioria dos responsáveis faz as compras de volta às aulas na última semana de fevereiro. O resultado é que o cartão do Pé no Futuro seja responsável pela maioria do fluxo de vendas”, relata.

Ainda no Centro Histórico da Capital, a reportagem viu estabelecimentos que não aceitam o cartão. Entre as alegações para isso, estariam a necessidade de aceitar cartões do Banrisul e ter a CNAE específica exigida pelo programa. Uma vendedora que preferiu não se identificar, afirmou que não aceitar o benefício significa um prejuízo para as empresas, principalmente para as lojas com preços mais acessíveis, resultando numa perda considerável de vendas.

Superlotação na emergência do Clínicas pode impedir cirurgias

/ SAÚDE

Osni Machado
osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A situação de superlotação na emergência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) se agravou no fim de semana e já ameaça a realização de cirurgias e outros procedimentos eletivos na instituição. Mesmo após restringir os atendimentos a casos de risco extremo desde sexta-feira, quando havia 148 pacientes internados, o número subiu para 157 pessoas em atendimento na noite de domingo.

De acordo com o hospital, o cenário pode gerar risco assistencial, sobrecarga das equipes de

saúde e atrasos nos atendimentos, uma vez que a demanda está muito acima da capacidade instalada do setor. A pressão sobre a estrutura também exige o remanejo de recursos humanos e materiais para a emergência, o que acaba comprometendo atividades em outras áreas do hospital, como as cirurgias programadas.

Diante do quadro, o HCPA solicitou a restrição de novos encaminhamentos à central de regulação e reforçou o apelo para que a população procure, preferencialmente, as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), a fim de evitar o agravamento da superlotação.